

Cultura e Associativismo ao Serviço do Desenvolvimento Local

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.70.17>

Pedro Rego

Núcleo Promotor do Auto da Floripes, Colégio do Minho, Viana do Castelo, Portugal

<https://orcid.org/0000-0003-4908-3428>

geo.pedrorego@gmail.com

Resumo

Este artigo pretende discutir e refletir o papel da cultura e do associativismo enquanto elementos de fortalecimento de uma governação efetiva e eficiente, agentes promotores de desenvolvimento e de melhoria da qualidade de vida. O contexto atual é discutido a partir da experiência do *Auto da Floripes*, em Viana do Castelo, uma iniciativa de carácter cultural que tem funcionado como instrumento de capacitação coletiva e de promoção de desenvolvimento territorial. Identificam-se depois vários desafios e perspetivas de futuro.

Palavras-chave

governança, participação, capacitação, *Auto da Floripes*, Viana do Castelo

A Transformação dos Territórios e a Procura de uma Governação (Mais) Aberta e Eficiente

A multiplicação das escalas e dos ritmos de transformação dos territórios e da sociedade veio colocar novos desafios à governação dos territórios, questionando os modelos tradicionais de gestão e planeamento. Apesar da

mudança ser uma constante ao longo da história, é um facto que ao longo das últimas décadas esta se processou de forma mais rápida e intensa do que em qualquer outro período, o que se deve em grande parte à intensificação de processos de compressão espacial e aceleração temporal. Em simultâneo, com uma maior abertura ao mundo e facilidade de deslocação, aliadas ao progresso e inovação digital, a sociedade passa por um processo de complexificação, fragmentação e, frequentemente, individualização dos seus comportamentos e interesses.

Neste contexto, a inovação económica e tecnológica vem promover um maior debate relativamente aos modelos de planeamento e gestão do território. A literatura recente traduz uma crescente atenção aos processos de governação territorial ou governança. A governança constitui um conceito ou paradigma impreciso, em que a associação da gestão dos territórios aos valores da cooperação, participação e ação coletiva parece ser entendida como solução para a produção de ganhos de eficiência no desenvolvimento de base espacial. Esta conceção é entendida como essencial para incrementar a celeridade, qualidade e eficiência da atividade política, assente em práticas de diálogo, negociação e parceria entre pessoas e instituições, bem como numa profunda reforma institucional que redistribua de forma mais eficaz e equitativa as competências nas diferentes escalas, promovendo ganhos, sinergias e articulações múltiplas. O reforço da governação territorial – ou governança – é assim visto como uma condição obrigatória para promover uma melhor qualidade das decisões no domínio das políticas públicas, fortalecer os processos de tomada de decisão partilhados e colaborativos e para dinamizar um novo modelo de administração pública, baseado na articulação e coordenação entre escalas temporais e espaciais.

A experiência internacional mostra-nos que modelos descentralizados de governação, com capacitação e empoderamento dos atores locais, promovem ganhos no processo de gestão do território e participam, assim, à estratégia de desenvolvimento dos países mais avançados. No caso português, a introdução e o desenvolvimento de mecanismos de participação que configurem um quadro político mais aberto e integrador, com capacitação e envolvimento efetivo da sociedade e dos variados grupos de atores, tem sido desenvolvido essencialmente como resposta a exigências de acesso a fundos comunitários e não tanto como um instrumento de otimização de uma política pública de coesão e desenvolvimento mais eficaz.

Cultura, Participação e Desenvolvimento

Ao longo das últimas décadas tem-se intensificado e diversificado o debate (e a investigação) sobre o conceito de desenvolvimento. Neste sentido, é mais ou menos consensual que o conceito de desenvolvimento não se limita a indicadores ou dimensões associadas ao crescimento económico ou à produção, mas que deve incorporar um conjunto de fatores que contribuem para o pleno desenvolvimento do cidadão, um desenvolvimento não linear, concebido como um processo complexo que envolve diferentes áreas e características (Willis, 2004).

O conceito de desenvolvimento humano, promovido a nível internacional pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, sob influência do pensamento de Amartya Sen, inclui a educação e a saúde como fatores-chave no desenvolvimento humano, que é definido como o aumento das capacidades de cada pessoa, colocando, assim, a pessoa no centro da ação de desenvolvimento. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento promove relatórios que complementam a visão de desenvolvimento, analisando as questões que têm impacto nele, como, por exemplo, o aquecimento global, o acesso à água, a mobilidade humana ou as migrações e a liberdade cultural. Neste contexto, a cultura tornou-se também um fator interessante para aqueles que analisam o desenvolvimento (Mitchell, 1990). De facto, nos últimos anos, a ideia de que a dimensão cultural deve ser incluída nas políticas e ações de desenvolvimento tornou-se (geralmente) universalmente aceite. Devido à priorização do desenvolvimento humano sustentável em relação a outros modelos de desenvolvimento mais econométricos, a cultura tem-se consolidado como um elemento necessário para o desenvolvimento total de pessoas e comunidades (Chapain & Sagot-Duvaurox, 2020).

Assim, sustentamos a tese de que as dinâmicas territoriais são multidimensionais e constituídas por interligações entre as suas várias dimensões. Processos económicos, sociais, culturais e institucionais influenciam-se mutuamente (Aoyama et al., 2011), de tal forma que, nas últimas quatro décadas, a cultura tem sido reconhecida como uma questão central nas estratégias de regeneração e desenvolvimento locais.

Um destes exemplos, analisado neste texto, diz respeito ao *Auto da Floripes*. Trata-se de uma iniciativa cultural, promovida em Viana do Castelo, que tem vindo a consolidar-se como elemento de valorização do território, de capacitação dos cidadãos e de valorização de uma participação efetiva. O *Auto da Floripes* é uma peça de teatro popular secular que é representada por membros das três comunidades – Barrocelas, Mujães e Vila de Punhe – que partilham o lugar tripartido das Neves e a tradição também denominada



Figura 1 Dança entre as personagens Oliveiros e Floripes no âmbito da representação do *Auto da Floripes* no Largo das Neves, no dia 5 de agosto de 2021.
Créditos. Pedro Rego.

de “comédias das Neves” (Raposo, 1998). Afirmando-se como fator de identidade cultural enquanto património imaterial de dimensão nacional e internacional, o *Auto da Floripes* realiza-se anualmente, no dia 5 de agosto, às 17 horas, no âmbito das Festas da Senhora das Neves, envolvendo as comunidades e entidades locais.

A organização do *Auto da Floripes* (Figura 1), bem como a sua salvaguarda, tem estado a cargo do Núcleo Promotor do Auto da Floripes 5 de Agosto, em articulação com a comunidade, a Comissão de Festas da Senhora das Neves, a União de Freguesias de Barrocelas e Carvoeiro, Mujães e Vila de Punhe e o município de Viana do Castelo. Conta ainda com o envolvimento, mais ou menos formal, de entidades como o Agrupamento de Escolas de Barrocelas, o Centro Recreativo e Cultural das Neves, o Agrupamento de Escolas de Monserrate, ou ainda o extinto Externato das Neves.

Contexto Português e a Cultura Como Agente de Desenvolvimento: Uma Inovação Recente?

A Afirmação do Setor Cultural

Nas últimas décadas, tem sido reconhecida a importância de outros contributos, além do capital financeiro, para o crescimento e desenvolvimento económico em contextos urbanos (Batabyal & Nijkamp, 2013). As mudanças nas esferas económica e de políticas públicas, que vinham ocorrendo desde os anos 70 do século XX, marcaram a importância atribuída às relações entre cultura e economia. As mudanças nos paradigmas de desenvolvimento económico e social e de regeneração urbana têm cada vez mais integrado dimensões culturais e criativas (Comissão Europeia, 2017; Landry, 2008). Muitas das nossas tradições e cultura têm as suas raízes nas zonas rurais. Tal como acontece com as cidades, as atividades artísticas e culturais também podem influenciar a atratividade relativa das áreas rurais e o seu desenvolvimento. Na verdade, a cultura em áreas rurais pode assumir-se como âncora para os territórios deprimidos, ao permitir oportunidades em diversos campos, entre os quais a economia, nomeadamente na criação de emprego, na pluriatividade e na reconversão profissional, ou mesmo no surgimento de novas empresas, no fomento da inovação, e no desenvolvimento de novos produtos.

Com a convergência mais acentuada entre as esferas do desenvolvimento económico e cultural no início do século XXI, intensificou-se a tensão entre a cultura como fenómeno localizado e como padrão de eventos e experiências globalizadas (McCarthy, 2012). Não obstante, os processos de globalização são acompanhados pela emergência de um mosaico global de diferentes aglomerações de produtos culturais, cada qual com as suas especificidades (Scott, 2010).

Muitos investigadores acreditam que a economia se tem tornado cada vez mais cultural, pois há uma importância crescente de setores como o entretenimento ou o turismo, e que, por outro lado, a cultura se tem tornado cada vez mais mercantil, vista como um conjunto de mercadorias que podem ser vendidas e compradas no mercado (Freestone & Gibson, 2006; Mackinnon & Cumbers, 2007).

Reconhecidas pelo seu valor económico, as atividades culturais começaram a assumir uma importância crescente nas economias e na forma como os lugares são planeados (Comissão Europeia, 2017; Freestone & Gibson,

2006). No entanto, a importância da cultura vai muito além da dimensão económica. A cultura representa a identidade de uma comunidade e representa valores como a tolerância e a interculturalidade; aproxima as pessoas, proporcionando o cruzamento de ideias ou projetos e promove a cooperação, a solidariedade e a criação de raízes, ao mesmo tempo que contribui para a capacitação humana e institucional. A cultura constitui um elemento chave de atração e retenção da população. De facto, considera-se que os locais que assumem e exploram as suas peculiaridades e características próprias têm maior capacidade de atrair pessoas criativas e talentosas (Mendes, 2011) e de alcançar melhores níveis de desenvolvimento. E, para isso, a coesão social e territorial é essencial e, neste aspeto, a cultura pode desempenhar um papel crucial, uma vez que contribui para a redução da pobreza e permite um desenvolvimento centrado no ser humano, inclusivo e equitativo (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2022).

Evidências Práticas: A Experiência do *Auto da Floripes* em Viana do Castelo

A cultura é um elemento central do desenvolvimento, criando condições especialmente favoráveis ao envolvimento e capacitação dos atores locais e, conseqüentemente, a uma maior confiança nos processos de desenvolvimento e adequação dos mesmos às especificidades de cada território (Ashworth & Page, 2011; Heritage & Dooris, 2009; Scotney et al., 2010; Swyngedouw, 2005; Willis, 2005). Para validar esta tese, analisamos vários documentos técnicos e políticos de suporte à realização do *Auto da Floripes* e estabelecemos contactos com membros da sociedade civil, das associações responsáveis pela organização e das autarquias. Os contactos foram estabelecidos ao longo de 2021, em registo aberto, seguindo cinco questões estruturantes:

- A cultura é uma das dimensões do desenvolvimento humano. Qual a importância que lhe atribuiu? Justifique.
- Quais as principais vantagens, para o desenvolvimento da comunidade, da realização do *Auto da Floripes*?
- Como classifica o envolvimento e a capacitação dos atores locais em processos de desenvolvimento em Viana do Castelo?
- O *Auto da Floripes*, a par de outras iniciativas culturais, reforça o envolvimento e capacitação da comunidade? Em que medida?

- Quais as principais vantagens do envolvimento e capacitação dos atores locais para o desenvolvimento do território?
- A cultura é uma vantagem competitiva dos territórios?

Os contactos estabelecidos permitiram recolher informação importante relativamente ao papel da cultura e da participação cidadã na promoção do desenvolvimento de base territorial. Destacam-se os seguintes aspetos.

A cultura é uma dimensão central do desenvolvimento. A cultura é considerada como uma das dimensões centrais do desenvolvimento. A grande maioria dos contactados na comunidade e instituições, destaca o seu papel enquanto elemento essencial para a qualidade de vida das populações e para a coesão social, contribuindo para o diálogo entre gerações e a inclusão de grupos minoritários e indivíduos com contextos socioeconómicos desfavoráveis.

O Auto da Floripes reforça a identidade local, capacita os cidadãos e promove desenvolvimento económico. O Auto da Floripes é um elemento construtor de identidade e de sinergia entre os vários membros da comunidade. Entre as principais vantagens destacam-se ainda o facto da sua realização promover a participação em diversos eventos de cariz cultural, e que este tipo de atividades contribui para a socialização dos intervenientes e a coesão local, reforça o seu bem-estar e ainda concorre para um aumento da oferta e diversidade cultural a par de um maior intercâmbio e dinamismo da economia local.

O envolvimento dos atores locais em processos de desenvolvimento ou de tomada de decisão é ainda reduzido. A participação é reduzida em Viana do Castelo, apesar de se identificarem vários progressos ao longo dos últimos anos. Os entrevistados sublinham que domina uma cultura de planeamento muito centrada no município, com reduzida componente estratégica, que parece resultar de uma postura essencialmente reativa e não prospetiva.

O Auto da Floripes é um dinamizador do envolvimento e capacitação dos cidadãos. O Auto da Floripes desempenha um papel importante na capacitação dos cidadãos e na promoção de desenvolvimento com base nos cidadãos. Esta ideia é sustentada pela antiguidade e independência financeira da iniciativa, mas essencialmente pelo facto de ser reconhecida pelo município e de promover, gradualmente, um maior envolvimento em processos de programação cultural, regeneração urbana e desenvolvimento rural.

A principal vantagem do envolvimento e capacitação é a definição de ações que respondem aos problemas reais das pessoas e do território. As opiniões são muito divergentes, mas os entrevistados identificam claramente que a principal vantagem do envolvimento e capacitação dos cidadãos é a definição de programas de intervenção que respondem de forma objetiva aos problemas e aos anseios da comunidade e do território. Destacam-se, ainda, o reforço da confiança nos processos de desenvolvimento, a corresponsabilização e a maior eficiência da gestão territorial.

A cultura é uma vantagem competitiva dos territórios. Os agentes locais consideram que os territórios com relativa abundância de recursos naturais, culturais e históricos apresentam vantagens competitivas, uma vez que esses elementos reforçam a identidade, a capacidade de articulação e a confiança/participação em processos de desenvolvimento.

Associativismo Cultural à Escala Local

Associativismo: Porquê e Para Quê?

Sendo o ser humano gregário por natureza, o associativismo nasce da necessidade da espécie humana se agrupar para a defesa e para a satisfação das necessidades das comunidades em que vive. Em inícios do século XX, o mutualismo dos trabalhadores, tendo em vista a defesa dos seus interesses laborais e de vida, revelou-se importante no desenvolvimento da sociedade. A redução do horário de trabalho e o conseqüente aumento do tempo livre reforçou o papel da cultura na vida individual e coletiva, tornando-se elemento integrante das estratégias para o desenvolvimento humano e social (Chapain & Sagot-Duvaouroux, 2020), abarcando, agora, todas as classes sociais. A definição de património evoluiu ao longo do século XX, abrangendo manifestações cada vez mais populares. Quem, há umas décadas, se arriscaria a dizer que o processo de confeção da louça preta de Bisalhães, a manufatura de chocalhos alentejanos, a produção de figurado em barro de Estremoz ou as festas de inverno de Podence constituiriam património? E, todavia, na atualidade, todas estas manifestações estão classificadas como Património Imaterial da Humanidade! Em paralelo, tem emergido a *patrimonialização* em áreas como o comércio e a indústria, ao mesmo tempo que ganham dimensão as classificações associadas à natureza e à paisagem. Esta maior abrangência do conceito de património mostra-nos que ele, tal como hoje é entendido, abarca manifestações culturais em que as comunidades se revêm, gostam de reviver, e que valorizam e reconhecem como elementos que as distinguem das demais. Esta consciência comunitária sobre o património herdado empodera-a e dá-lhe autoestima.

A consciência da força da criatividade humana, associada ao estudo e à preservação da memória, congregou interesses e vontades para a sua proteção e disseminação. As tradições, os costumes e o património locais tornaram-se, assim, objeto do associativismo cultural, que congrega um conjunto de pessoas em torno do referencial comum de sentimento de identidade e de pertença a um grupo. A organização de vontades em torno de um objetivo concreto está na génese de um associativismo interveniente, parceiro importante do desenvolvimento humano e que constitui, simultaneamente, uma ferramenta de cidadania e de capacitação dos cidadãos, contribuindo para a confiança nos indivíduos e nas instituições (Blagoeva-Yarkova, 2012; Monteiro, 2004). O movimento associativo apela à promoção da igualdade e da inclusão social e a valores respeitantes à salvaguarda da dignidade humana (Ferreira, 2011). A lógica associativa é fundamental para a coesão das comunidades e para a intervenção e defesa do património material e imaterial que constitui a sua identidade e a sua herança histórica, social e cultural. Fruto da sua proximidade à comunidade e ao território, as associações conhecem bem as populações que representam, os seus ativos e os seus principais problemas, constituindo assim atores-chave no processo de desenvolvimento local.

Os Grandes Problemas do Associativismo Cultural

Grande parte do associativismo vive do voluntariado, forma genuína de contributo em espécie (trabalho) em benefício da comunidade. O voluntariado exige disponibilidade, motivação e incentivo para o seu exercício. A retribuição deste trabalho voluntário é percebida pelo gosto e pelo empenho no trabalho em prol da comunidade e traduz-se em retornos afetivos, emocionais e de sentimento de pertença, componentes importantes da vida humana. Um dos problemas que pode afetar o desenvolvimento da vida associativa é, pois, a desvalorização dos valores comunitários em prol de valores individualistas, na crença de que o interesse individual constitui o principal motor do progresso. Isto leva, por vezes, ao afastamento de jovens e menos jovens do trabalho associativo, embalados por virtudes associadas à criação e desempenho individuais. Não obstante, a experiência mostra que, em termos gerais, as populações sentem necessidade de conhecer e compreender o seu passado material e imaterial, como forma de viverem o presente e de construírem o futuro.

O associativismo cultural tem sido um forte instrumento de lazer: membros de uma comunidade utilizam os seus tempos livres para confraternizarem, ao mesmo tempo que trabalham em prol da defesa de valores

com os quais se identificam. No entanto, o universo dos tempos livres, nas suas várias vertentes (cultural, social, desportiva, de lazer, etc.), tem vindo a ser capturado por áreas de negócio emergentes, com objetivos mais relacionados com a rentabilidade do que com a criatividade, a autonomia ou o desenvolvimento das populações. Neste âmbito, um dos problemas prementes com que o associativismo se debate prende-se com a obtenção de meios financeiros que sustentem a vida associativa, que permitam ultrapassar a preocupação constante de sobrevivência a favor de uma situação de sustentabilidade financeira que suporte o papel interventivo na sociedade (Ferreira, 2011). Embora o trabalho voluntário seja o pano de fundo do associativismo, é cada vez mais necessário um suporte financeiro que permita a aquisição de bens e serviços que só o mercado pode fornecer. É significativo o esforço que as associações culturais fazem para, com poucos meios, recolherem, preservarem e divulgarem o património cultural imaterial, dado o natural desaparecimento físico dos principais repositórios desse património – as pessoas. De facto, as associações são importantes veículos transmissores e de perpetuação das tradições e costumes e, como tal, constituem agentes fulcrais na preservação do património histórico e cultural das localidades (Richards & Wilson, 2005). E, se por um lado, devido às suas características, o “produto associativo” não pode ser vendível no mercado e carece de suporte por parte dos poderes públicos, por outro lado, os poderes públicos (representantes da comunidade a quem o produto associativo se dirige) tendem a um processo descontínuo de financiamento adequado ao associativismo, por razões políticas e/ou orçamentais, pondo em causa a sobrevivência do mesmo. Urge, pois, uma estratégia pública assertiva que, reconhecendo as mais-valias do associativismo, o promova e apoie efetivamente. Sobressai, na atualidade, a pouca sensibilidade de muitos responsáveis (públicos e privados) pela propriedade e gestão de edifícios e bens materiais com valor patrimonial, histórico e de memória em preservar esses instrumentos (documentos, arquivos, edifícios, objetos artísticos, etc.) fundamentais, à semelhança do património imaterial, para o desenvolvimento humano.

Os Grandes Desafios. Cultura e Associativismo: Que Papel num Modelo de Governança?

Qualquer tipo de associação é, na sua essência, um espaço relacional e comunicacional (Ferreira, 2011). O associativismo cultural depende da organização, da comunicação e da participação para concretizar os seus intentos. A organização exige elementos cada vez mais preparados. As novas

tecnologias, a comunicação digital e a exposição mediática constituem importantes instrumentos de comunicação na atualidade. No entanto, as relações de proximidade física entre os membros de uma associação não devem deixar de continuar a ser o pilar do associativismo cultural por permitirem a criação de laços fundamentais para o saudável funcionamento das comunidades locais e para o debate salutar em torno dos valores arraigados ao território onde atuam. A proliferação das redes sociais e o desenrolar da vida social através destes suportes pode retirar o contacto emocional presencial, fator chave na discussão, criação, decisão e organização da vida associativa. Conseguir conciliar as virtudes das tecnologias e do mundo virtual com a necessidade da participação presencial dos membros das comunidades em projetos associativos constitui um desafio importante a ter em conta, em prol da cidadania ativa e da participação cívica.

O futuro do associativismo depende, em larga medida, de uma campanha cívica através da qual as associações divulguem e promovam a essência e as mais-valias do fenómeno associativo. Depende, igualmente, da consciencialização das comunidades, das instituições governativas e do tecido económico do papel fulcral do associativismo no desenvolvimento das sociedades, o que implica, em termos pragmáticos, a concessão de financiamento às associações e de apoio aos voluntários, facilitando, nomeadamente, a conciliação da sua vida profissional com o seu trabalho nas associações. Depende ainda da disponibilização de meios públicos para a salvaguarda de algo que é de todos e que, sendo o que sustentou a continuidade da comunidade no passado, permite sustentá-la no seu futuro, com sentido de pertença e em direção ao desenvolvimento. A par da esfera pública, importa, da mesma forma, um maior envolvimento dos privados na construção de redes e no apoio logístico e financeiro, o que implica, por exemplo, sensibilização e incentivos ao mecenato.

A demografia constitui atualmente um desafio. A perda demográfica e o continuo envelhecimento assim o ditam. A necessidade de um envelhecimento ativo encontra no associativismo uma oportunidade para a ocupação dos que já se aposentaram, mas que procuram manter-se ativos ou envolvidos na comunidade. Contudo, o associativismo, mesmo constituindo uma forma para a fixação da população ou a criação de raízes – o que permite em datas emblemáticas regressar à terra natal ou até mesmo participar em tradições – denota já fragilidades preocupantes, dada a escassez de jovens e de população ativa para o necessário envolvimento associativo.

Num mundo cada vez mais exigente, urge também a formação dos voluntários em diversas áreas relacionadas quer com a componente de organização e realização de atividades com recurso a novas tecnologias, quer com áreas específicas de atuação das associações (artes, teatro, música, dança, património, tradição, etc.). Numa realidade cada vez mais movida pelo virtual, um dos desafios que se coloca é o de conceber novas formas de utilizar as novas tecnologias digitais na promoção do associativismo, combinando o virtual com estratégias de fortalecimento do contacto presencial.

A evolução constitui um desafio em si mesma. Os tempos mudam e, com eles, as pessoas e os seus interesses. E um dos grandes desafios das associações é dotar de resiliência os valores que defendem e, com eles, os territórios onde se inscrevem. Trata-se de um equilíbrio difícil, o de manter as características originais do património material e imaterial de um dado local e de uma dada comunidade ao mesmo tempo que se promove a sua atualização, reinterpretação de acordo com os novos tempos e as novas expectativas. E ninguém melhor do que as próprias comunidades e os seus membros para valorizar o que é seu. As associações culturais constituem um instrumento essencial nesta matéria. Neste contexto, assume-se como especialmente importante:

- definir uma estratégia de médio e longo prazo para a cultura, ancorada numa visão estratégica;
- capacitar os agentes culturais de recursos e competência para um envolvimento e participação efetiva;
- construir ou articular uma rede de instituições de diversa índole à escala regional e internacional;
- desenvolver projetos com o cruzamento e intercâmbio de saberes, experiências e conhecimentos;
- desenvolver, junto da comunidade, projetos educativos e de sensibilização cultural;
- criar condições para uma maior produção cultural local com o reforço ou o surgimento de novos agentes culturais a par de uma combinação da tradição com o moderno, ao mesmo tempo que se criam novos públicos;

- contribuir para a descentralização e diversidade cultural;
- desenvolver projetos científicos em colaboração com as universidades e academias;
- melhorar os equipamentos culturais;
- reforçar a identidade, o orgulho e a autoestima das comunidades locais;
- estimular o papel da cultura como base para o diálogo entre as comunidades e os povos;
- posicionar a cultura, na sua ampla dimensão e diversidade, numa posição de charneira e numa visão integrada para o alcance do desenvolvimento dos territórios.

Referências

- Aoyama, Y., Murphy, J. T., & Hanson, S. (2011). *Key concepts in economic geography*. SAGE Publications.
- Ashworth, G. J., & Page, S. J. (2011). Urban tourism research: Recent progress and current paradoxes. *Tourism Management*, 32(1), 1–15. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2010.02.002>.
- Batabyal, A.A. and Nijkamp, P. (2013). The creative class, its preferences, and unbalanced growth in an urban economy. *Journal of Evolutionary Economics*, 23, 189–209. <https://doi.org/10.1007/s00191-012-0270-8>
- Blagoeva-Yarkova, Y. (2012). The role of local cultural institutions for local sustainable development. The case-study of Bulgaria. *Trakia Journal of Sciences*, 10(4), 42–52.
- Chapain, C., & Sagot-Duvaouroux, D. (2020). Cultural and creative clusters – A systematic literature review and a renewed research agenda. *Urban Research & Practice*, 13(3), 300–329. <https://doi.org/10.1080/17535069.2018.1545141>
- Comissão Europeia. (2017). *Towards an integrated approach to cultural heritage for Europe*. <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/f4f6dcb7-8f03-11e7-a9f4-01aa75ed71a>
- Ferreira, F. I. (2011). A animação sociocultural, associativismo e educação. In J. D. L. Pereira & M. de S. Lopes (Eds.), *As fronteiras da animação sociocultural* (pp. 123–145). Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural. <https://hdl.handle.net/1822/16248>
- Freestone, R., & Gibson, L. (2006). The keepers of the knowledge: Ethical issues in researching indigenous heritage. *The Australian Journal of Indigenous Education*, 35(Supplement), 39–47. <https://doi.org/10.1017/S1326011100007101>

Heritage, Z., & Dooris, M. (2009). Community participation and empowerment in healthy cities. *Health Promotion International*, 24, i45–i55. <https://doi.org/10.1093/heapro/dap054>

Landry, C. (2008). *The creative city: A toolkit for urban innovators*. Comedia.

Mackinnon, D., & Cumbers, A. (2007). Out of the frying pan...? The implications of contextual embedding for the project of cultural policy intervention. *International Journal of Cultural Policy*, 13(1), 25–40. <https://doi.org/10.1080/10286630701207698>

McCarthy, J. (2012). *Heritage, memory and the politics of identity: New perspectives on the cultural landscape*. Ashgate.

Mendes, L. P. (2011). Heritage and identity: Shaping the cultural landscape of Portugal. In R. Rowland & C. Machado (Eds.), *Re-reading cultural geography* (pp. 221–233). Ashgate.

Mitchell, C. (1990). Cultural tourism and community economic development. *Journal of Cultural Geography*, 11(1), 125–138. <https://doi.org/10.1080/08873639009478441>

Monteiro, A. A. (2004). Renunciar à autonomia ou o movimento associativo numa encruzilhada. O exemplo das Iniciativas de Desenvolvimento Local (IDLs) em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (69), 139–157. <https://doi.org/10.4000/rccs.1346>

Raposo, P. (1998). O Auto da Floripes: “Cultura popular”, etnógrafos, intelectuais e artistas. *Revista Etnográfica*, 2(2), 189–219. <https://doi.org/10.4000/etnografica.4441>

Richards, G., & Wilson, J. (2005). Social capital, cultural festivals and tourism in Catalunya. *Anuario Turismo y Sociedad*, (4), 170–181.

Scott, A. J. (2010). *Cultural economics: Theories and evidence*. Oxford University Press.

Scotney D., Prilleltensky, O., McKenzie, A., Prilleltensky, I., Nogueras, D., Huggins, C., & Mescia, N. (2010). Promoting strengths, prevention, empowerment, and community change through organizational development: Lessons for research, theory, and practice. *Journal of Prevention & Intervention in the Community*, 39(1), 50–64. <https://doi.org/10.1080/10852352.2011.530166>

Swyngedouw, E. (2005). Governance innovation and the citizen: The Janus face of governance-beyond-the-State. *Urban Studies*, 42(11), 1991–2006. <https://doi.org/10.1080/00420980500279869>

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation. (2022). *Convention concerning the protection of the world cultural and natural heritage*. <https://whc.unesco.org/en/conventiontext/>

Willis, L. (2004). *Theories and practices of development*. Routledge.